

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 113

Data: 19/08/87

Pg.: 11

Noticiário Geral

Garimpeiros ameaçam os índios

BOA VISTA AGÊNCIA ESTADO

Os garimpeiros ameaçam: se nenhuma autoridade aparecer pela manhã no garimpo do Cambalacho, no rio Couto de Magalhães, distante cerca de 200 quilômetros de Boa Vista, eles voltarão para o mato, armados, e continuarão atirando nos índios. Sem comida, tendo que enfrentar a fome, a chuva e as doenças, os garimpeiros estão desesperados. Mas, por outro lado, não falam em sair da área, por motivo muito forte: cada grupo de cinco garimpeiros está conseguindo, por dia, uma produção de 400 gramas de ouro, a maior que já se viu em Roraima. Em Boa Vista, a Funai culpou os garimpeiros pelas mortes dos índios, afirmando que eles invadiram a área indígena para garimpar. E o bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano acusado de incitar os índios, disse que já não se surpreende com isso: "Só faltam me acusar de traficar drogas".

A Polícia Federal está na região do Couto Magalhães tentando retirar os garimpeiros da área. Para isso, está até fazendo ameaças, intimidando-os com metralhadoras e avisando que há mais de três mil índios na região prontos para um novo ataque. Mas os garimpeiros não estão levando a sério, pois sabem que não há tantos índios na região, que é muito grande, formada pelas serras que compõem o sistema Parima de montanhas e tem mais de dez milhões de hectares.

A descoberta de uma grande quantidade de ouro no rio Couto de Magalhães, na serra do mesmo nome, segundo as autoridades, tem levado os garimpeiros a enfrentar toda sorte de dificuldades para permanecer na região. Há vários anos eles vinham convivendo pacificamente com os Ianomani, em sua maioria fiscalizados no Município de Mucajaí, já aculturados. O ouro fásca nos rios da região. Nos últimos meses, com a ocorrência de jazidas maiores dentro da área indígena, cuja reserva não é demarcada, os garimpeiros foram subindo cada vez mais o Couto de Magalhães e começaram os problemas, que culminaram com o conflito de sábado, quando, pelo que se sabe até

agora, oito pessoas morreram, mas somente cinco cadáveres apareceram em Boa Vista: quatro índios e um garimpeiro.

A Polícia Federal, para forçar a retirada dos garimpeiros, proibiu o lançamento de mantimentos na área, operação que é feita pelos taxisaéreos. Foram proibidos também os pousos nas pistas próximas aos garimpos, o que tem impedido inclusive o socorro a doentes ou feridos. Hoje, a Polícia Federal está autorizando apenas a presença de pessoas pertencentes a entidades que trabalham com os índios, como padres, missionários e a presidenta da Comissão para a Criação do Parque Ianomani, Cláudia Andujar.

Ontem, jornalistas foram ameaçados de prisão caso insistissem em descer na pista do Paapiú, na região onde ocorreu o conflito. O diretor do DPF, Daniel Norberto, fez o comunicado pessoalmente aos jornalistas no aeroporto de Boa Vista e informou ao piloto que a aeronave seria apreendida. Quando o avião chegou ao Paapiú, a pista estava bloqueada pro tambores de combustível. A solução foi descer no garimpo do cambalacho, distante oito minutos de voo, onde vários garimpeiros estavam concentrados, ocasião em que revelaram sua intenção de voltar para o mato e enfrentar os índios caso uma autoridade não fosse ainda hoje pela manhã resolver o problema de isolamento a que estão atirados.

Em Boa Vista, o advogado dos garimpeiros, Alci da Rocha, responsabilizou os religiosos pela situação, afirmando: "Eles não estavam brigando por cadáveres? Pois aí estão". Disse mais: "O clero está voltado hoje para a cobiça do ouro e usa os índios para consegui-lo". Em resposta, o bispo de Roraima, Aldo Mongiano, lembrou que ainda não tomou conhecimento dessas acusações, mas ressaltou que nada mais o surpreende.

O superintendente da Funai em Roraima, Esmeraldino Neves, revelou que há muito o órgão vinha alertando os garimpeiros sobre a possibilidade de um conflito. Ressaltou que os índios estavam ficando cada vez mais inquietos com a invasão e a tensão na área era muito grande.

Pedida a demarcação das terras

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O subprocurador-geral da República e secretário da Coordenadoria dos Direitos Individuais e Interesses Difusos do Ministério Público, Cláudio Lemos Fonteles, propôs ontem a imediata demarcação das terras indígenas no Território de Roraima, como ação política governamental prioritária, e a presença de um representante do Ministério da Justiça e outro do Ministério Público no Grupo Intermistrial, criado para realizar a demarcação das terras dos índios. As propostas serão apresentadas por Fonteles na reunião do Conselho dos Direitos

da Pessoa Humana, no final de agosto. A posição do subprocurador geral da República foi divulgada ontem com a conclusão de um levantamento pormenorizado que ele fez em 28 e 29 de julho sobre o conflito entre os índios macuxis e os seguranças do fazendeiro Newton Tavares, no Município de Normandia, em Roraima. Fonteles constatou a presença de seguranças armados da firma Sacopan, do Rio de Janeiro, a serviço de Newton Tavares, e também a manutenção de três deles sob cárcere privado pelos indígenas. Ele acrescenta que essa situação retrata a "indefinição e a morosidade" da demarcação das terras indígenas.